



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís – MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

CIRC-OUVID 102/2015

São Luís (MA), 25 de setembro de 2015

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)
MD. Desembargador (a) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
NESTA

Assunto: Relatório da Aud. Pública do polo judicial de Imperatriz

Senhor (a) Desembargador (a),

Cumprimentando-o (a), encaminho a V. Exa. a Ata da Audiência Pública do Polo Judicial de Imperatriz, sessão realizada no último dia 17 do mês em curso (abrangendo as Comarcas de Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Riachão, Senador La Roque, Tasso Fragoso e também Imperatriz), a penúltima das Audiências Públicas promovidas por esta Ouvidoria com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

Com cerca de 3 horas de duração, a Audiência realizada no auditório do Palácio do Comércio, na Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, contou com a participação de mais de 350 pessoas, incluindo a maciça maioria dos Juízes do Polo Judicial, que prestigiaram e deram apoio à realização do evento, valendo destacar a especial contribuição fornecida pelo diretor do Fórum de Imperatriz, Dr. Delvan Tavares Oliveira, e da coordenadora administrativa, servidora Leila Marinho dos Santos, com sua equipe.

Diferente dos relatórios anteriores, optamos aqui por fazer a juntada da própria Ata da Audiência, revisada e resumida, em razão da clareza e fidedignidade com que foi confeccionada pela servidora Karolline de Oliveira Cruz.

Do rol das manifestações, destacamos, pela gravidade e reincidência com que foram apresentadas, as reclamações relativas ao Juízo da Vara da



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa

Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís – MA. CEP: 65076-820

E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

Fazenda Pública de Imperatriz e à obra de construção do novo fórum dessa mesma Comarca.

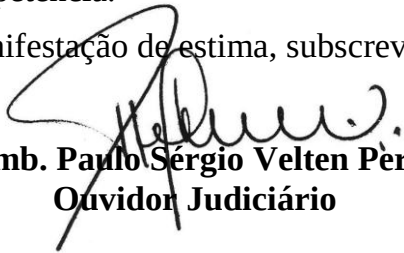
Em sessão prévia realizada com os Juízes do Polo, este Ouvidor explanou sobre o funcionamento da Ouvidoria e o processamento das reclamações, ressaltando a importância de recebê-las com tolerância e compreensão; instou a todos que respondam em caráter prioritário os pedidos de informações dos servidores da Ouvidoria, como determina o art. 8º da Resolução 20/2010, com a alteração dada pela Resolução 37/2012 do TJMA, destacando a possibilidade dessa resposta ser apresentada de maneira informal, de modo que os magistrados não fiquem ainda mais sobrecarregados com a elaboração de ofícios. Da parte dos Juízes, este Ouvidor recebeu inúmeras reclamações sobre a recorrente deficiência de suprimento de materiais de expediente.

Além das manifestações constantes da Ata anexa, outras foram recebidas pelo pessoal da Ouvidoria no local da Audiência, e serão regularmente processadas para ulterior resposta aos manifestantes.

Entre as manifestações formais recebidas na Audiência Pública, destacamos a formulada pelos Juízes Federais da Subseção Judiciária de Imperatriz, Drs. Marcos José Brito Ribeiro e William Ken Aoki, propondo o aperfeiçoamento de medidas de cooperação entre as Justiças Estadual e Federal, conforme ofício também anexo.

Assim, dou ciência do ocorrido na Audiência Pública, na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Renovando manifestação de estima, subscrevo-me atentamente.


Desemb. Paulo Sérgio Velten Pereira
Ouvidor Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO POLO JUDICIAL DE IMPERATRIZ

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às 18h, no auditório do Palácio do Comércio, na Associação Comercial e Industrial de Imperatriz/MA, localizada na Rua Bom Futuro, 455, Centro, aconteceu a 6ª Audiência Pública promovida pela Ouvidoria do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no biênio 2014/2015. O referido evento contou com a participação da comunidade, representantes da sociedade civil, entidades de classe, lideranças comunitárias, membros de instituições religiosas, professores e estudantes universitários, secretários municipais de várias pastas, membros do poder legislativo, militares, polícia civil e federal; o Comandante do 3º BPM - Tenente Coronel Marcos Lima. Presentes também serventuários extrajudiciais, servidores públicos, os juízes federais da subseção judiciária de Imperatriz, Marcos José Brito Ribeiro e William Ken Aoki, e os senhores juízes estaduais: André Bogéa Pereira Santos - 2ª Vara Cível de Açailândia; Manuella Viana dos Santos Faria Ribeiro - Juizado Especial Cível de Açailândia; Ítalo Lopes Gondim - Amarante; Frederico Feitosa de Oliveira - 2ª Vara de Estreito; Silvio Alves Nascimento - 1ª Vara de Grajaú; Antonio Donizete Aranha Baleeiro - 1ª Vara de Porto Franco; Aureliano Coelho Ferreira - 2ª Vara de Porto Franco; José Francisco de Sousa Fernandes - Riachão; Paulo Vital Souto Montenegro - Senador La Roque e os magistrados de Imperatriz: Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis - 1ª Vara Cível; Ana Beatriz Jorge de



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telephone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

Carvalho Maia - 2ª Vara Cível; Genivaldo Pereira Silva - 1ª Vara de Família; Adolfo Pires da Fonseca Neto - 2ª Vara de Família; Joscelmo Sousa Gomes - 2ª Vara Criminal; Weliton Sousa Carvalho - 4ª Vara Criminal; Mário Henrique Mesquita Reis - Vara de Execuções Penais; Delvan Tavares Oliveira - Vara da Infância e Juventude; Marcos Antonio Oliveira - 1º Juizado Especial Cível; Gladiston Luis Nascimento Cutrim - 2º Juizado Especial Cível; e também os magistrados do mutirão carcerário (Comissão Sentenciante Itinerante da Corregedoria-Geral de Justiça): Larissa Rodrigues Tupinambá Castro; Rodrigo Costa Nina e Tereza Cristina Franco Palhares. Compareceram ainda membros do Ministério Público, procuradores e os advogados: Malaquias Pereira Neves, Celma Baiano, Bruno Caldas Cirqueira Freire, Heleno Mota, Cássio Mota, Fábio Roquette, Carlos André Moraes Anchieta, Adriano Soares Pinto, Bruno Guilherme de Oliveira, Herberth Guimarães Soares Sobrinho, dentre outros. Presente também o coordenador da Ouvidoria do Poder Judiciário, René Carvalho Bayma. Os trabalhos foram iniciados com a composição da mesa, assim formada: Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira - Ouvidor Judiciário; Delvan Tavares Oliveira - Diretor do Fórum da Comarca de Imperatriz, neste ato representando a Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA; Gilson Ramalho de Lima - Procurador Geral do município de Imperatriz, neste ato representando o prefeito municipal Sebastião Madeira; vereadora Fátima Avelino - primeira secretária da mesa diretora da Câmara de Vereadores de Imperatriz, neste ato representando o presidente da Câmara de Vereadores, José Carlos Soares



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa

Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

Barros; Alessandro Brandão Marques - Diretor das Promotorias de Imperatriz; Fabio Souza de Carvalho - representante da Defensoria Pública da Comarca de Imperatriz; Malaquias Pereira Neves - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Imperatriz; Jairo Almeida dos Santos - Presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz. Após a composição da mesa, foi exibido um vídeo institucional produzido pela Ouvidoria, cujo tema foi "Sua voz no Poder Judiciário", que ressaltou a evolução da sociedade e sua adaptação aos novos tempos, enaltecendo os avanços do Poder Judiciário no Maranhão, facilitando o acesso à Justiça pelos cidadãos nesses novos tempos, podendo ser ouvidos e orientados, deixando claro que o Poder Judiciário, além de promover a justiça, o faz de forma a valorizar os direitos de todos, estendendo essas diretrizes à Ouvidoria, como um Poder Judiciário de portas abertas ao diálogo franco com a comunidade e seus segmentos, ouvindo suas sugestões e reclamações, inserindo-a num contexto transparente e claro; promove também a apuração de reclamações para melhorar cada vez mais a qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário; apura também abusos e erros eventualmente cometidos por parte dos magistrados e servidores, respeitando as competências da Corregedoria Geral de Justiça e da Presidência do Tribunal. Como forma de aproximar a sociedade da Justiça, são promovidas as Audiências Públicas. Em seguida houve a exibição de mais um vídeo do Conselho Nacional de Justiça, que representa a "Justiça em Números", sendo apresentados dados estatísticos de cerca de



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

noventa Tribunais, contendo a produtividade dos magistrados, no qual foi possível identificar, através de números, que os Tribunais estão trabalhando com muito afinco na solução e resolução de processos. Dando continuidade, fez o uso da palavra o Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, que explanou sobre o papel da Ouvidoria e a finalidade da audiência pública. Em seguida, a palavra foi franqueada para os presentes, sendo esses oriundos de vários segmentos e representações. A dinâmica utilizada para interação nessa audiência pública foi de dois minutos para cada participante presente, além de ser transmitida simultaneamente pela rádio web para todo o mundo, com interação pelo *Whatsapp*, conforme a seguir destacado: o **senhor Raimundo Cabeludo, ex-deputado estadual e ex-prefeito de João Lisboa, lembrou que como deputado constituinte, votara artigo das Disposições Transitórias dirigido para os cartórios, que era uma chaga em todo o Brasil. Por isso, o novo texto constitucional atribuiu ao Poder Judiciário o dever de realizar concursos para cartorários, sendo que até hoje ainda há muitos cartórios no Estado sem titulares concursados e o Tribunal nada faz para mudar essa realidade. Francisca Rodrigues, conselheira tutelar do município de Balsas/MA, em sua fala, fez menção à morosidade na resolução de problemas envolvendo adolescentes infratores que não recebem a mesma atenção que os processos de réus presos, reclamou da ausência de transporte para deslocamento dos conselheiros tutelares, questionou sobre a mudança do juiz de paz, em virtude de o**



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

mesmo já estar em Balsas há cerca de vinte anos, sugerindo que houvesse uma mudança e que fosse uma mulher a ocupante do cargo. Nesse ponto, o Ouvidor solicitou que eventuais reclamações sobre morosidade fossem especificadas, de modo a facilitar a identificação e a solução de problemas. Francisca Dominices, secretária da APAC, membro da AMPARE e Pastoral Carcerária, reclamou sobre a falta de juízes, promotores de justiça e defensores públicos; enfatizou a morosidade processual na Vara da Fazenda Pública, prova disso é seu processo de nº 532/2010, que tramita há mais de cinco anos sem que tenha havido solução. Terminou sugerindo uma sindicância para confirmação da veracidade de suas palavras. Maria das Graças, representando o Comitê de Cidadania de Imperatriz, apresentou reclamações sobre a morosidade processual na Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, ressaltando processos que desde 2001 se arrastam nas prateleiras da referida Vara, cerca de dezessete processos, sem que até então tenha havido a resolução dos mesmos. Citou como exemplo o processo nº 15603/2001, uma ação de improbidade administrativa contra um gestor público, destacou que esses processos trazem prejuízos a população em geral, pois se tratam de crimes de gestores contra o patrimônio público e ilícitos de improbidade administrativa que infringem nas áreas da saúde, educação e todas as demais áreas pertinentes a gestão municipal, sendo esses os crimes mais graves, por correr o risco desses gestores virem a se candidatar novamente, serem eleitos e continuarem nos desmandos verificados; acrescentou ainda que as sete promotorias as



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

quais estão distribuídos somam um montante muito alto. Dessa forma, afirma que existe um sem números de vítimas sofrendo com essas morosidades. O Ouvidor Judiciário apresentou dados da produtividade de magistrados, com base em relatório da Corregedoria-gral de Justiça, enfocando que no ano passado o juiz da Vara da Fazenda Pública de Imperatriz recebeu 1.338 processos e julgou 1.111. Destacou que referida vara é uma vara especial. Francineide Pereira Alves, representante do sindicato dos trabalhadores de serviços de saúde da região Tocantina, ressaltou que devido ao aparente descaso e morosidade na Vara da Fazenda Pública, a entidade teve que fazer uma representação contra o juiz titular desta Vara, pois para o órgão a qual representa, não importa a quantidade e sim a qualidade, ou seja, como está sendo julgado, se está sendo garantido o direito líquido e certo das pessoas, pois a maior parte desses julgamentos se refere a questões de saúde, como, por exemplo, a liberação de UTI. Segundo a reclamante, há uma blindagem em relação à Vara da Fazenda Pública e o município de Imperatriz, pois o município ganha todas e isso não é justo com a sociedade. Informou que em audiência pública realizada no ano passado na OAB foi solicitada a criação de mais uma Vara da Fazenda Pública, pois a quantidade de processos já não comporta apenas uma. Dessa forma, ficou claro que nada foi feito em benefício do cidadão comum. Malaquias Pereira Neves, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Imperatriz, cumprimentou a mesa e a todos os presentes e em sua manifestação cobrou as seguintes ações: instalação das 5ª



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

Vara Cível, 6ª Vara Cível do Comércio e Recuperação de Empresas, Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública Municipal, Vara de Interesses Difusos, 4ª e 5ª Varas de Família, 6ª Vara Criminal e 3º Juizado Especial Cível, tendo em vista que as mesmas já foram criadas e ainda não instaladas. Reclamou das intimações para os advogados que ainda são feitas por oficial de justiça, em algumas comarcas, citando como exemplo a de Porto Franco. Relatou também a iminência de greve por parte dos servidores o que implicará no retardamento da satisfação jurisdicional. Finalizou suas palavras cobrando a criação de uma Central de "Alvará de Soltura" em Imperatriz, pois atualmente dependem da boa vontade da Central de São Luís para analisar a situação do encarcerado, para em seguida liberá-lo. Rosa Maria, representando a comunidade da Vila JK e o Núcleo Associativo Comunidade Criativa - NAC, reclamou da dificuldade de acesso aos magistrados, disse que ficou honrada com o convite para participar da presente audiência pública, sugeriu que haja uma separação de processos dando prioridade para os mais graves e que se fizessem valer projetos como o justiça nos bairros, e que fossem implementados através de mutirões. Aluísio Melo, delegado nacional do ministério das cidades, destacou que alguns processos estão sendo analisados, no entanto, sem resultados positivos, citando como exemplo o caso envolvendo a empresa Ecoservice, o caso do PAC da grande cafeteira e o problema do Socorrão e do Socorrinho de Imperatriz; cobrou resultados nas ações de improbidade administrativa; mencionou o projeto de Dra. Ana Beatriz nos

BB



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa

Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

bairros Caema e Leandra, e agradeceu a mesma, pois os bairros estão pacificados porque houve empenho do Judiciário e das comunidades organizadas. José Carlos, estudante de comunicação social da UFMA, apresentou reclamação contra o Ministério Público de Grajaú e Imperatriz, em virtude do mesmo ter se dirigido aos referidos órgãos em busca de solução para seus problemas: vazamento de um poço em Grajaú e da Via Branca do Leste - empresa de transporte público de Imperatriz e, segundo ele, foi orientado a cometer atos que não seriam da sua competência e, tão pouco, a saída para os problemas citados. Maria das Dores, da Associação de Moradores do Parque Alvorada II, agradeceu e parabenizou pela realização da audiência pública, destacou a questão da impunidade em seu bairro e em toda a cidade de Imperatriz, citando como exemplo os traficantes que são presos e soltos tão rápidos. Segundo a mesma, os jovens estão entrando na criminalidade porque estão vendo outros praticando crimes e ficando impunes. Maria dos Reis, ex-presidente da Casa da Solidariedade de Porto Franco, elogiou o trabalho da ouvidoria. Em seguida, houve a participação via *Whatsapp* do acadêmico de direito Vaniel Vilela, que solicitou apoio aos estagiários na Justiça Federal, que precisam das atas das audiências e estas não são entregues na hora. Também pediu que houvesse realização de audiências na parte da tarde, geralmente centralizadas no período da manhã, impossibilitando o comparecimento de estudantes interessados em participar. Antonio Maranhão Bisneto, professor, sugeriu que sejam feitas campanhas em todo



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

Maranhão e em todo Brasil acerca da diminuição da criminalidade, do ECA, e para diminuição de processos na justiça. Luís Gonzaga, do Parque Alvorada II, informou que teve uma ação contra Cemar que tramitou na 4ª Vara Cível, e que foi condenado a pagar um valor que não devia; que segundo ele, na audiência, ao tentar se defender, o juiz o mandou "calar a boca". Charles Alexandre Seba, estudante de direito da FEST, se pronunciou em relação às pessoas cadeirantes e com deficiência do município de Imperatriz; o que o motivou a se pronunciar dessa forma foi o não cumprimento de sentença proferida nos autos do proc. 643/2006, na ação civil pública promovida pelo Ministério Público contra o município de Imperatriz, referida ação versa sobre a manutenção de medicamentos a deficientes e cadeirantes que recebem somente um salário mínimo e os gastos com medicação estão acima de mil reais. Na sua fala repudiou veementemente o tratamento que recebem os deficientes de Imperatriz, conclamando a Corregedoria e Ouvidoria que interfiram nesse contexto. Em seguida, o estudante de direito Rayller Roland Santos solicitou que a Ouvidoria verifique a maneira e a postura que o juiz da Vara da Fazenda Pública está decidindo e não a quantidade de processos julgados. Informou que seu pai, Nelson Roland dos Santos, pessoa idosa com prioridade de tramitação, pleiteou na Justiça uma tutela de urgência contra o Município e o juiz da Vara da Fazenda não julgou sequer a liminar, proc. nº 10.154/2015, quando a julgou no dia dez de agosto seu pai já havia falecido. Destacou que, talvez sua reclamação não surta mais efeito, mas servirá de



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

alicerce para que outros não venham a passar o que ele e sua família passou. Observou também que há um grande índice de pessoas reclamando do mesmo magistrado e mesma Vara, ressaltando que alguma coisa está errada e que merece ter uma apuração. Na sequência, fez uso da palavra o advogado Bruno Guilherme, presidente da comissão de direitos e prerrogativas da OAB; pediu empenho na aceleração da construção do novo fórum que se encontra parada, tendo em vista que o atual não oferece condições adequadas para um bom funcionamento, prova disso é a falta de assentos suficientes para advogados e partes no aguardo das audiências. Dr. Delvan Tavares Oliveira, juiz diretor do fórum de Imperatriz, usou a palavra para ratificar a exposição feita pelo Dr. Bruno Guilherme e disse que de fato esse é um sentimento de todos os juízes da Comarca, pois o fórum de Imperatriz hoje não atende minimamente as necessidades sejam de magistrados, sejam de servidores, sejam de advogados e, sobretudo de pessoas, em especial aquelas portadoras de deficiência, e nesse sentido, faz coro a essa reclamação e pediu que o desembargador seja porta voz dessa necessidade. O professor Osvaldo apresentou seu descontentamento por não ter sido indenizado em uma ação que tramitou no 2º Juizado Especial Cível, que o mesmo moveu em desfavor de uma instituição bancária da cidade, em razão da extensa espera na fila para ser atendido. Jorge Fidelis, presidente da Associação de Apoio à Construção Civil de Imperatriz, reclamou sobre a dificuldade em se obter Certidões negativas na Justiça Estadual, sugerindo a Corregedoria adotasse o mesmo sistema da Justiça Federal,



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

que disponibiliza tais certidões sem custo e pela internet. A falta dessa providência tem emperrado a atividade do setor empresarial da cidade, que necessita dessas certidões para os seus negócios. Em seguida, Dr. Alessandro Brandão Marques, Diretor das promotorias de Imperatriz, saudou a todos, parabenizou o desembargador pela iniciativa e mencionou a notória morosidade dos julgamentos na Vara da Fazenda Pública, e sugeriu que seja verificada tal situação, solicitando também a instalação da 2ª Vara da Fazenda Pública, e com relação a estrutura da 4ª Vara Criminal que tem competência para processar e julgar crimes contra criança e adolescentes para que haja um tratamento mais adequado e uma oitiva mais humanizada com acompanhamento de uma equipe multidisciplinar durante e após o processo, outra demanda é que a Ouvidoria interceda institucionalmente para a criação da Delegacia de proteção aos direitos da criança e do adolescente, sugeriu ainda, que os oficiais de justiça sejam vinculados as Varas. Ressaltou, ainda, em resposta a reclamação feita com relação ao Ministério Público de Imperatriz, que acompanha o trabalho muito bem feito do promotor Sandro Biscaro, da 2ª promotoria na área do consumidor, com relação a VBL; que o mesmo ingressou com ações civis públicas, inclusive com a defensoria pública, e obtiveram bons resultados em primeira instância, mas segundo informações do defensor público, Dr. Fábio Carvalho, foram todas reformadas em instâncias superiores. O desembargador Paulo Velten ficou surpreso ao saber que Imperatriz não possui sala de depoimento especial, e assumiu o compromisso de recomendar a



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

instalação de ao menos uma à Coordenadoria da Infância e da Juventude, presidida pelo Des. Jamil Gedeon. Passada a palavra para o defensor público, Fabio Souza de Carvalho, este cumprimentou a todos e mencionou a audiência de custódia como sendo necessária para Imperatriz, para o conhecimento dos benefícios que ela traz; destacou a necessidade de um diálogo mais estreito com o Executivo para ter o acesso ao uso das tornozeleiras eletrônicas; ressaltou, também, a necessidade de ter uma equipe multidisciplinar mais bem estruturada, com mais assistentes sociais e mais psicólogos no Poder Judiciário, bem como o uso do sistema áudio visual em todas as Varas, tornando as audiências mais céleres e transparentes, sendo esta uma garantia e proteção para o juiz e para a parte. Enfatizou que a defensoria pública em Imperatriz soma fileira com todas as reclamações apresentadas contra a Vara da Fazenda Pública. Falou, ainda, da necessidade de se pensar na alteração do Código de Organização Judiciária porque a idéia de especialização dos órgãos jurisdicionais é tornar também o juiz especialista naquela área tendo em vista que facilita muito a vida do jurisdicionado. Destacou que todas as ações civis públicas hoje desaguam na Vara da Fazenda Pública, não importando a matéria. Terminou sua fala elogiando os magistrados e agradecendo o convite para participar dessa audiência pública. Em seguida, fez o uso da palavra o advogado Carlos André Moraes Anchieta, vice-presidente da OAB seccional de Imperatriz, que reclamou da exigência de pagamento das custas judiciais para expedição de alvará judicial, mesmo quando a parte representada é



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

beneficiária da justiça gratuita, pediu o desenvolvimento de cursos de capacitação para juízes e servidores relacionados à melhoria do atendimento aos advogados, enfatizou que o juiz que não atende advogados e que os deixa esperando cerca de duas a três horas é o juiz da Comarca de Montes Altos. Pediu a imediata instalação da 2ª Vara da Fazenda Pública e da 5ª Vara Cível. Disse que é necessária a melhor gestão da distribuição de servidores nas Varas de Imperatriz, não sendo justo que o número de servidores lotados em uma vara criminal seja o mesmo de uma vara cível onde a quantidade de processos é bem maior. Pede a aceleração da construção do fórum de Imperatriz, e por último, a descentralização da ouvidoria com a criação de núcleos regionais, bem como de um representante da ouvidoria local. Eduardo Palhares, presidente do sindicato dos trabalhadores na área de saúde, pediu a realização de correição nos processos da Vara da Fazenda Pública no período mencionado nos relatórios apresentados pelo desembargador, e que desse conhecimento as entidades, tendo em vista as várias manifestações e denúncias contra referida Vara. Angelberto Pereira de Oliveira, professor de Montes Altos, informou que no ano de 2009 o prefeito Valdivino Rocha afastou e suspendeu os salários dos professores concursados sem instauração de processo administrativo, razão pela qual moveram ação com o intuito de reaver seus direitos tolhidos pelo Executivo municipal. Houve ganho de causa em primeira e segunda instâncias, com a determinação de reintegração dos servidores, no entanto, segundo ele, até a presente data o poder Executivo não os



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Des. Sarney Costa
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, bairro Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: 0800-707-1581 ou 159 / (98) 3194-5841. site: www.tjma.jus.br

reintegrou, descumprindo decisão judicial. Em sua fala, fez referência ao número do processo, que é 1.532/2009; Concluindo as manifestações, fez uso da palavra a vereadora Fátima Avelino, que cumprimentou a mesa e parabenizou os magistrados de Imperatriz e a iniciativa da Ouvidoria Judiciária. Em conclusão, o Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, elogiou todo o desenrolar do evento, agradeceu mais uma vez aos presentes e em breves palavras reafirmou o compromisso do Poder Judiciário com o aperfeiçoamento do seu serviço. Os trabalhos foram finalizados às 21 horas e 35 minutos. Para constar, eu, Karolline de Oliveira Cruz, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, e pelo coordenador da Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão, René Carvalho Bayma.

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira
Ouvidor Judiciário do Maranhão

René Carvalho Bayma
Coordenador da Ouvidoria Judiciária do Maranhão



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

OFÍCIO Nº 33 DISUB

Ao Excelentíssimo Senhor,

DESEMBARGADOR PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

São Luís/MA

Assunto: Informações no interesse da Audiência Pública para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais e cartorários prestados nas Comarcas de Imperatriz e da Região Tocantina

Excelentíssimo Ouvidor,

Em razão da realização de audiência pública, promovida pela Ouvidoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no dia 17 de setembro de 2015, às 18 horas, vimos, mui respeitosamente, explicitar dificuldades enfrentadas pela Justiça Federal na operacionalização de atividades de prestação jurisdicional que tenham interface com os ofícios judiciais ou extrajudiciais da Região Tocantina, tudo, no interesse de contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

As maiores dificuldades relatadas pelos servidores e Diretores de Secretaria da 1ª e 2ª Varas Federais, bem ainda, aquelas reconhecidamente identificadas pelos Juízes Federais desta Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, são as seguintes:

a) Elevada quantidade de documentos expedidos por cartórios extrajudiciais com indícios de falsidade ideológica, notadamente no que concerne à qualificação da profissão dos identificados, para fins de instrução de procedimentos para obtenção de benefícios previdenciários. Suspeita-se que existam casos em que certidões de inteiro teor são expedidas sem que haja menção da profissão e outros em que 2ª via da certidão é expedida com a profissão em branco. Em cada caso concreto, com indícios de irregularidades, os Juízes Federais estão diligenciando para dar ciência à autoridade policial federal e à Egrégia Corregedoria de Justiça do Estado do Maranhão;

b) Inutilização, por parte de diversos cartórios judiciais e extrajudiciais, do sistema de comunicações eletrônicas "Malote Digital", do Conselho Nacional da Justiça, o que demanda a necessidade de envio de comunicações judiciais por outros meios, demandando maior tempo e maior custo para a remessa física. Em casos urgentes, o envio precisa ser realizado por intermédio de telefax ou e-mail, o que reduz a segurança da autenticidade da informação. Não raro, os serventuários de algumas localidades não possuem endereços de e-mail institucional (TJMA) e utilizam-se de e-mails particulares ou e-mail criados especificamente para essa finalidade, mas em servidores privados (yahoo, hotmail), o que fragiliza ainda mais a segurança no envio e recebimento das mensagens;

c) Inexistência de uma lista atualizada, no sítio do TJMA, de dados de magistrados e servidores que estarão prestando plantão judicial nas comarcas do interior, contendo seus telefones de

contato, o que, ocasionalmente, causa dificuldades quando o contato com serventuários do juízo estadual deve ser realizado em horários diversos do horário de atendimento forense. Do mesmo modo, não existe uma lista de e-mails com os principais setores (tais como Protocolo/Distribuição e Cartórios Judiciais);

d) Reiterada demora no cumprimento de Cartas Precatórias por parte de algumas Comarcas, dentre as quais menciona-se Açailândia, Amarante, Buriticupu e Itinga do Maranhão. Em diversos casos são expedidos ofícios aos Juízos Deprecados, solicitando-se informações sobre o cumprimento da missiva, mas, desafortunadamente, em alguns casos, tais ofícios não são sequer respondidos ou juntados aos autos - o que se verifica por intermédio do acompanhamento procesual, na internet. Algumas vezes as cartas somente são cumpridas após solicitação de interferência da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região junto à Egrégia Corregedoria da Justiça do TJMA;

Essas, senhor Ouvidor, são as informações que julgamos relevantes fornecer, com vistas ao aperfeiçoamento da relação interinstitucional entre a Subseção Judiciária de Imperatriz/MA e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Respeitosamente,

(Assinado Digitalmente)

WILLIAM KEN AOKI

Juiz Federal Substituto, no exercício da titularidade da
1ª Vara Federal

(Assinado Digitalmente)

MARCOS JOSÉ BRITO RIBEIRO

Juiz Federal Substituto, no exercício da titularidade da 2ª Vara Federal
Diretor da Subseção Judiciária de Imperatriz, em exercício



Documento assinado eletronicamente por **William Ken Aoki, Juiz Federal Substituto**, em 17/09/2015, às 14:42 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Brito Ribeiro, Juiz Federal Substituto**, em 17/09/2015, às 14:53 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **1155427** e o código CRC **FB8C803E**.